

**Nº 04 - Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Chaves Realizada no dia 8 de Fevereiro de 2007. -----**

Aos oito dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e sete, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. João Gonçalves Martins Batista, e com as presenças dos Vereadores, Sra. Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, Sr. Arqt. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sr. Dr. Luís Manuel Areias Fontes, Sr. Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues e Sra. Dr.ª Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos, e comigo, Helena Presa Fernandes, Assistente Administrativa Principal. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram dezoito horas, iniciando-se a mesma de acordo com a convocatória previamente elaborada e datada de cinco de Fevereiro do corrente ano. -----

**I. DESIGNAÇÃO DO SECRETÁRIO DA REUNIÃO DE CÂMARA. -----**

Foi designado secretário da reunião a Assistente Administrativa Principal, Helena Presa Fernandes, na ausência do Director de Departamento de Administração Geral, Dr. Marcelo Caetano Martins Delgado, em virtude de se encontrar no gozo do seu período de férias. -----

**II - AUSÊNCIA DO VEREADOR, ARQ. CARLOS AUGUSTO CASTANHEIRA PENAS. --**

O Vereador, Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, não esteve presente na reunião extraordinária do Executivo Camarário, em virtude de se encontrar em representação do Município, em Bruxelas, a convite do Instituto do Ambiente. -----

**1. ANÁLISE DAS PROPOSTAS DO GOVERNO RELATIVAMENTE À POLITICA DE SAÚDE, NOMEADAMENTE REDE DE URGÊNCIAS E À POLITICA DE SEGURANÇA. ---**

O Presidente da Câmara começou por prestar informação ao Executivo Camarário relativamente aos passos efectuados sobre a matéria: ----

- **01/02/07** - Apresentação na Assembleia da República do Relatório Final relativo à Requalificação da rede de urgências. -----

- **02/02/07** - Envio de ofício ao Sr. Ministro da Saúde manifestando frontal oposição ao referido relatório no que a Chaves diz respeito, salientando que a referida proposta, tem na sua base três pressupostos errados: -----

- O Hospital Distrital de Chaves integrado no Centro Hospitalar do Nordeste Transmontano, o que é um erro grosseiro; -----

- A população servida pelo Hospital de Chaves - 44.186 cidadãos, população exclusiva do Concelho de Chaves, o que não traduz a realidade, uma vez que o Hospital serve também os Concelhos de Montalegre, Valpaços e Boticas, elevando o número de cidadãos dependentes deste Hospital para 80.000; -----

- Não considerar Chaves como Pólo Turístico relevante, o que contradiz a realidade. -----

Do teor deste officio foi dado conhecimento ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, à Secretária de Estado Adjunta e da Saúde, ao Sr. Governador Civil do Distrito de Vila Real e ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da ARS Norte. -----

- **05/02/07** - Convocação de Reunião Extraordinária do Executivo Municipal para a análise da proposta em causa. -----

- **06/02/07** - Reunião da Associação de Municípios do Alto Tâmega - AMAT -, por solicitação do Município de Chaves, na qual foi deliberado por unanimidade solicitar uma reunião, com carácter de máxima urgência com o Sr. Ministro da Saúde, para decidir sobre o assunto. -----

- **07/02/07** - Apresentação pública da posição do Município de Chaves e da AMAT. -----

O Presidente da Câmara terminou a sua intervenção apelando a uma posição unânime do Executivo contra a proposta da Comissão Técnica e em defesa da Urgência médico-cirúrgica no Hospital de Chaves. -----

De seguida usou da palavra a Vereadora, Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, tendo tecido os seguintes comentários: -----

"Não é difícil estarmos de acordo quanto a este assunto, uma vez que a desclassificação da urgência médico cirúrgica em urgência básica é gravemente lesiva dos interesses da população deste município. Não esqueçamos que o perfil de urgência médico-cirúrgica é a que existe há muitos anos, no Hospital de Chaves, facto que é reconhecido, actualmente, no próprio relatório final. No nosso entender o principal prejuízo que advém das conclusões do relatório para os restantes municípios do Alto Tâmega, é a concretização desta medida, se porventura se vier a verificar, porque retira ao Hospital Distrital de Chaves, que lhes está mais próximo, a principal valência médica que é a cirurgia. Devemos aqui elaborar e aprovar uma proposta conjunta, mostrando as incongruências do relatório final e as razões sérias que nos assistem para a sua rejeição e sensibilizarmos o Ministro da Saúde para não transformar as conclusões do relatório em decisão política. Para atingir este objectivo deve o executivo municipal mostrar-se disponível para encetar outras formas de luta, inclusive colocar á disposição os cargos políticos que, para defender os interesses das populações, lhe foram confiados. Os eleitos do Partido Socialista já deram conhecimento da sua disponibilidade às entidades competentes, se este assunto não vier a ser resolvido com a justiça que merece e é devida." -----

- **APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA PELOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA, DR. LUÍS MANUEL AREIAS FONTES E ENG. NUNO ARTUR ESTEVES FERREIRA. --**

"Os Vereadores do Partido Socialista, Dr. Luís Manuel Areias Fontes e Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, face à enorme gravidade que representaria para a região de Chaves a extinção da urgência médico-cirúrgica, propõem que se comunique ao Sr. Ministro da Saúde que todos os elementos do Executivo Camarário renunciarão ao seu mandato e não se recandidatarão em eleições intercalares a realizar caso a falada extinção venha a tornar-se realidade. ----- Entendem os Vereadores do Partido Socialista, que só desta forma se salientará a importância crucial para as populações da região de Chaves da manutenção da urgência médico-cirúrgica e se afirmarão as

fortes convicções e desapego dos cargos políticos por parte dos Autarcas do Executivo Camarário. -----

As cartas, as reuniões, as resenhas históricas, as congratulações, as manifestações, os contactos, as contra-análises técnicas de relatórios e, sobretudo, as hesitações do Presidente da Câmara dificilmente salvarão a urgência. -----

É necessário, para o futuro, assumir uma posição corajosa e que, pela enorme pressão que causará à tutela, seja hábil a manter um serviço fundamental para esta região, para as suas gentes, para o seu futuro. -----

Esta posição envolve, naturalmente, riscos. Os Vereadores do Partido Socialista estão dispostos a assumi-los e a suportar, se necessário, os subsequentes sacrifícios pessoais em prol dos interesses de Chaves. -----

A terminar, permitimo-nos recordar que, num passado recente, os Vereadores do Partido Socialista e o Presidente da Câmara de então, Dr. Altamiro Claro, assumindo uma posição semelhante, garantiram a adjudicação da auto estrada e o lançamento do concurso público da universidade que, em má hora, viu posteriormente o Governo PSD congelar os fundos necessários." -----

Após a análise e discussão da proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista, procedeu-se à votação da mesma tendo sido obtida a seguinte deliberação: A Câmara Municipal deliberou, rejeitar a referida proposta de acordo com a seguinte votação: -----

- Votos contra dos Vereadores do Partido Social-Democrata, Dr. João Gonçalves Martins Batista, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, Dra. Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos; -----

- Votos a favor dos Vereadores do Partido Socialista, Dr. Luís Manuel Areias Fontes e Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues; -

- Abstenção da Vereadora do Partido Socialista, Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano. -----

Seguidamente usou da palavra o Presidente da Câmara tendo tecido os seguintes comentários: -----

"A proposta dos Srs. Vereadores do Partido Socialista contém uma verdade: a importância fulcral da urgência médico-cirúrgica para Chaves e para a Região; -----

Uma proposta que rejeitamos: demissão é a pior forma de enfrentar os problemas. Assumir riscos não é apresentar demissão, assumir riscos é enfrentar os problemas e tentar resolve-los. Foi para isso que fomos eleitos, e é isso que faremos; -----

Contém ainda os habituais comentários sobre o Presidente da Câmara e o recurso à história que, pelo passadismo e incorrecções nem merecem comentários. -----

Neste processo o Município de Chaves e o Presidente da Câmara tiveram sempre posições claras, transparentes e determinadas na defesa do Hospital, das suas valências e da importância que esta instituição tem, económica e socialmente, no contexto de Chaves e da Região." -----

De seguida usou da palavra o Vereador, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo apresentado a seguinte Declaração de Voto:

"A proposta apresentada pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista, Dr. Luís Areias e Eng. Nuno Rodrigues, não acolheu o meu voto favorável, na medida em que foi eleita pelo Circulo Eleitoral de

Vila Real a Sra. Deputada, Dra. Paula Barros, e perante esta situação, se alguém se devia demitir seriam os Deputados que sustentam o Governo do Partido Socialista, e muito em particular, a Sra. Deputada Dra. Paula Barros, que é natural de Chaves, e se comprometeu de uma forma intransigente defender os interesses de Chaves e dos Flavienses. -----

Esta proposta não procurou obter uma posição unânime, antes pelo contrário procurou dividir o Executivo Municipal. -----

Estamos todos de acordo, a proposta de encerramento da urgência médico-cirúrgica do Hospital Distrital de Chaves é simplesmente inconcebível. -----

Há populações do Concelho de Montalegre que distam da Cidade de Chaves 80 Km. Há populações dentro do Concelho de Chaves que distam do Hospital de Chaves 35 Km. E, não estou a falar de auto estradas, estou a falar de estradas municipais sem o perfil adequado para em segurança percorrer o trajecto em tempo de socorrer um doente cardíaco de uma forma eficaz. -----

Fechar a urgência é fechar esperança de vida a uma população de 102.000 habitantes. -----

Fechar a urgência é retirar a este espaço do território nacional competitividade económica e social. -----

É acabar com a ilusão da coesão nacional." -----

Seguidamente usou da palavra a Vereadora do Partido Socialista, Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, tendo apresentado a seguinte Declaração de Voto: -----

"No início desta reunião manifestei-me a favor de uma proposta conjunta do Executivo Municipal, no sentido de fazer sentir ao Sr. Ministro a grave injustiça que se cometerá se o Relatório técnico for executado. -----

Era importante mostrar a nossa indignação invocando as razões que nos assistem, nomeadamente: -----

- Quanto à dimensão geográfica e volume de população que o Hospital serve; -----

- Quanto ao facto da urgência médico-cirurgica ser a situação real existente, no Hospital de Chaves há mais de vinte anos, cuja desclassificação em urgência básica, não podemos aceitar; -----

- Distância a que o Município de Chaves se encontra da sede do Centro hospitalar (62 Km); -----

Porque esta proposta não corresponde à minha posição aqui manifestada e sentida. Por razões de coerência entendo abster-me." -

**- PROPOSTA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. JOÃO GONÇALVES MARTINS BATISTA. -----**

"Foi dado a conhecer ao país, no passado dia 1, o documento final da Comissão que estudou a Rede de Urgências. -----

É normal o relatório final melhorar o inicial. Aconteceu neste caso o contrário. O relatório final é muito pior que o primeiro e, não tem em conta as opiniões que foram solicitadas ao Município. -----

O Município de Chaves enviou em 29/11/2006 a sua posição, elaborada com a Comissão de Defesa do Hospital, devidamente mandatada pela Assembleia Municipal. (anexo 1). A mesma obteve resposta em 06/12/2006 e 15/12/2006, do Ministério da Saúde e ARS Norte, respectivamente. -----

No dia 2, o Presidente da Câmara toma posição em carta dirigida ao Sr. Ministro da Saúde com conhecimento ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, Sr.<sup>a</sup> Secretária de Estado Adjunto e da Saúde, Sr. Governador Civil do Distrito de Vila Real, Sr. Presidente do Conselho de Administração da ARSN, e do mesmo deu conhecimento ao Sr. Presidente do Conselho de Administração do Hospital Distrital de Chaves (anexo 2). -----

Dia 5, foi convocada uma reunião extraordinária da Câmara, para análise da situação. -----

Dia 6, reúne a AMAT que, por proposta do Município de Chaves, toma posição conjunta de frontal oposição à proposta dada a conhecer pela Comissão Técnica. -----

Dia 7, essa posição é tornada pública (anexos 3 e 4). -----  
*Além das diligências efectuadas pelo Município de Chaves e pela Associação de Municípios do Alto Tâmega - AMAT -, o Executivo Municipal, hoje reunido extraordinariamente, delibera manifestar a sua frontal oposição à proposta agora apresentada pela Comissão Técnica e responsabiliza o Ministério da Saúde pelos danos que uma decisão política lesiva para as populações de Chaves e do Alto Tâmega vier a causar.* -----

*A Urgência Médico-cirúrgica em Chaves é fundamental para uma resposta capaz do Hospital aos cidadãos que dele dependem e a ele ocorrem.*" -----

**Anexo 1** -----

Exmo. Senhor Ministro da Saúde -----

Dr. António Correia de Campos -----

Av. João Crisóstomo, 9 - 6.º -----

1049 - 062 Lisboa -----

N<sup>a</sup> Referência -----

Of n.º 467/GAP/2006 -----

Data -----

2006/11/29 -----

**Assunto:** Requalificação da Rede de Urgência Geral - Discussão Pública. -----

O Município de Chaves, face à proposta de rede de urgências, ora em discussão pública, defende a manutenção do serviço de urgência médico-cirúrgica no Hospital de Chaves, sem qualquer condicionalismo futuro. -----

Esta posição radica, para além do mencionado no relatório e proposta em análise, nomeadamente Chaves ser, inquestionavelmente, pólo turístico de grande relevância, nas razões que acrescentamos: -----

- Chaves ser pólo comercial que a história regista e o presente confirma; -----

- Chaves ser acesso fronteiriço de importância nacional; -----

- A sazonalidade da sua emigração ser um facto constatável. -----

Alertamos, ainda, para a necessidade de as zonas de Montalegre e Valpaços ficarem incluídas nos critérios de distância predefinidos. -----

Com os melhores cumprimentos, -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----

(Dr. João Batista) -----

**Anexo 2** -----

Exmo. Senhor Ministro da Saúde -----

Dr. António Correia de Campos -----

Av. João Crisóstomo, 9 - 6.º -----

1049 - 062 Lisboa -----  
**C/C:** Secretário de Estado da Saúde, Secretária de Estado Adjunto e  
da Saúde, Governador Civil do Distrito de Vila Real; Presidente do  
Conselho de Administração da ARSN -----  
Nª Referência -----  
Of n.º 35/GAPV/2007 -----  
Data -----  
2007/02/02 -----

Ao ter conhecimento da proposta da Rede de Urgências ontem  
apresentada, não posso deixar de manifestar perante V. Exa. uma  
profunda revolta. Tal proposta, a ser concretizada, lesa gravemente  
as populações desta Região e coloca em crise o clima de lealdade e  
confiança em que o processo de criação do Centro Hospitalar de Trás-  
os-Montes e Alto Douro decorreu. -----

Além do mais, a referida proposta, no que a Chaves diz respeito, tem  
na base três pressupostos completamente errados: -----

1. Que o Hospital Distrital de Chaves se integra no Centro Hospitalar do Nordeste Transmontano, o que é um erro grosseiro; ----
2. Que a população servida são 44.186 cidadãos, população exclusiva do Concelho de Chaves, sendo certo que são servidos também os concelhos de Montalegre, Valpaços e Boticas, elevando o número de cidadãos dependentes deste Hospital para 80.000; -----
3. Não considerar Chaves como Pólo Turístico relevante, o que contradiz a realidade. -----

Aguardamos a urgente correcção da proposta e a integração de Chaves na Rede como Urgência Médico Cirúrgica. -----  
É aquilo a que os cidadãos têm direito e esperam. -----  
O Presidente da Câmara Municipal, -----  
(Dr. João Batista) -----

**Anexo 3** -----

Foi dado a conhecer ao País, no passado dia 1, o **documento final** da Comissão que estudou a Rede de Urgências. -----

É normal um relatório final melhorar o inicial. Aconteceu neste caso o contrário. O relatório final é muito pior que o primeiro e, não tem em conta as opiniões que (a analisar pelos resultados, hipocritamente) foram solicitadas aos Municípios. -----  
Vejamos: -----

- 1 - Segundo os critérios técnicos, no documento inicial, era proposto para Chaves uma Urgência Médico-cirúrgica. Sem alterar os critérios, esta mesma comissão propõe agora uma urgência básica. ---
- 2 - O documento agora em causa contém três erros básicos: -----
  - a) Considerar o Hospital de Chaves pertencente ao Centro Hospitalar do Nordeste Transmontano. Nunca tal aconteceu. No passado dia 11 de Janeiro o Governo decidiu criar o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro associando os hospitais de Vila Real, Régua, Lamego e Chaves. Nota-se aqui um total desconhecimento da situação presente e uma falta de atenção às decisões do Governo na área da Saúde. Estranho! -----
  - b) Apresentar 44.186 cidadãos como população servida. Esta é a população exclusivamente do concelho de Chaves. O Hospital de Chaves sempre serviu e serve as populações dos concelhos vizinhos de Valpaços, Boticas e Montalegre, elevando o número de cidadãos dependentes dos seus serviços para mais de 80.000. -----
  - c) Omitir, inexplicavelmente, o item considerado no primeiro relatório - Pólo Turístico relevante. Os investimentos de interesse

nacional em Pedras e Vidago, o Casino de Chaves, o aumento exponencial de dormidas registado, são um facto. O relatório retrocede. -----

A responsabilidade pelos serviços de saúde prestados às populações é do Governo. As decisões são do Governo, neste caso por proposta do Sr. Ministro da Saúde. -----

Ao Sr. Ministro cabe a decisão política que muito pode afectar os cidadãos do Alto Tâmega. -----

Chaves e a região esperam que o seu Hospital tenha uma Urgência Médico-cirúrgica e responda com qualidade às solicitações dos cidadãos. -----

#### **Anexo 4** -----

Tendo conhecimento da Proposta da Rede de Urgências apresentada no dia 1, a Associação de Municípios do Alto Tâmega entende assumir publicamente a seguinte posição: -----

1 - Congratular-se com o eventual reforço na prestação de cuidados de saúde fruto da criação de uma urgência básica em Montalegre; ----

2 - Manifestar frontal oposição ao encerramento dos Serviços de Saúde existentes em Vila Pouca de Aguiar; -----

3 - Contestar e contrariar de forma enérgica a desclassificação da Urgência de Chaves. -----

O encerramento dos serviços em Vila Pouca de Aguiar e, de forma particular, a desclassificação da Urgência de Chaves lesam gravemente as populações do Alto Tâmega. -----

Atentos à vida das pessoas e interpretando as suas legítimas expectativas, solicitámos uma reunião com o Sr. Ministro da Saúde, com carácter de máxima urgência, na qual queremos expor frontalmente o que pensamos sobre a melhor forma de servir as nossas gentes na área da saúde. -----

Adiantamos, ainda, que estamos atentos ao possível esvaziamento de outros serviços na nossa Região. A seu tempo tomaremos, como hoje, uma posição conjunta. -----

Após a análise e discussão da proposta apresentada pelo Presidente da Câmara, Dr. João Gonçalves Martins Batista, procedeu-se à votação da mesma tendo sido obtida a seguinte deliberação: A Câmara Municipal deliberou, com os votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, Dr. Luís Manuel Areias Fontes e Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, aprovar a referida proposta. Tendo o Sr. Presidente da Câmara usado o voto de qualidade. -----

De seguida usou da palavra o Vereador, Dr. Luís Manuel Areias Fontes, tendo tecido os seguintes comentários: -----

"A proposta do Sr. Presidente da Câmara é, basicamente, sacudir responsabilidades e aguardar para ver. -----

Esta atitude contemplativa perante a gravidade da situação não merece a minha aprovação, considerando absolutamente despiciendo que o Presidente da Câmara convoque uma Reunião extraordinária para se dizer na cronologia futura dos acontecimentos que se marcou. -----

Reitero os fundamentos da proposta que subscrevi e que essa sim representaria uma posição com a contundência proporcional e adequada." -----

Seguidamente usou da palavra a Vereadora, Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano, tendo tecido os seguintes comentários: -----  
"Concordo com algumas das razões do Vereador Luís Fontes e que com esta proposta do Sr. Presidente da Câmara ficou demonstrado que pouco tem a dizer sobre este grave problema, que tanto afecta os municípios. Caso contrário, se pretendesse mostrar ao Ministro da Saúde as razões da nossa indignação, teriam de ser elencadas e discriminadas as razões da nossa profunda discórdia, bem como os erros e omissões do relatório." -----

De seguida usou da palavra o Vereador, Eng. Nuno Artur Esteves Ferreira Rodrigues, que apresentou a seguinte Declaração de Voto: --

"Por considerar que as medidas e a passividade manifestadas até agora pelo Sr. Presidente da Câmara não tem sido as que defendem efectivamente o Hospital, voto contra a proposta do Sr. Presidente.- A gravidade do facto em causa é suficiente para que o Sr. Presidente tivesse feito mais. -----

A convocatória de uma reunião extraordinária para dizer que vamos ver o que isto vai dar e responsabilizar o Sr. Ministro da Saúde não parece o mais correcto o relatório técnico tem incongruências, e quem nos diz a nos Isso? -----

Porque não apresenta as questões técnicas no que concerne à região e especificamente aos serviços médicos? -----

Porque não elaborou a Autarquia um relatório técnico com pareceres substanciados e fundamentados? -----

Relatórios técnicos só se rebatem com relatórios técnicos. -----

Os fundamentos enunciados, pólo de atracção turística, pólo comercial, zona transfronteiriça de aproximadamente de 200 mil dormidas por ano, não chegam, era necessário na minha óptica rebater com argumentos técnicos na área da saúde, como por exemplo, a eficácia que a urgência médico-cirúrgica tem tido para a região do Alto Tâmega, com o brio e empenhamento de todos os profissionais do Hospital de Chaves, com a capacidade instalada no Hospital, veja-se a titulo de exemplo o sistema ALERT. E os recursos humanos que se perdem, também não conta? -----

A defesa de uma assistência médica condigna e célere a população do Alto Tâmega e mais especificamente a população de Chaves merecia mais. -----

Voto contra como disse anteriormente, não por na proposta se dizer que se defende a urgência médico-cirúrgica, mas por achar que se faz pouco para a defender. -----

Seguidamente usou da palavra a Vereadora, Dra. Maria de Lurdes Rogado Leitão Duarte Almeida Campos, tendo tecido os seguintes comentários: -----

"Lamento que façam de um problema tão grave, colocado em análise numa reunião extraordinária, um problema político partidário. Obviamente que quem decide é o Governo do Partido Socialista. O que está em causa é a saúde das populações do Concelho e da Região e a Instituição - Hospital Distrital de Chaves, como fulcro central da análise que foi colocada em apreciação, contra os posicionamentos de índole político partidária que estiveram presentes." -----

De seguida usou da palavra o Presidente da Câmara, Dr. João Batista tendo tecido os seguintes comentários: -----



"Fico surpreendido pela posição dos Srs. Vereadores do Partido Socialista que na sua proposta ameaçam demitir-se e chamados agora a manifestarem a sua oposição à proposta da Comissão Técnica não o fazem. -----

As competências das Câmaras na área da Saúde são conhecidas. -----  
É evidente para todos que as decisões políticas no campo da saúde competem ao Sr. Ministro da tutela. -----

As razões da oposição à proposta técnica estão devidamente explícitas, bem como a necessidade da manutenção da urgência médico-cirúrgica em Chaves. -----

Por isso esta proposta é votada favoravelmente, com o voto de qualidade e será enviada bem como toda a documentação apresentada as instâncias responsáveis no âmbito da Saúde, nomeadamente, Ministério, Secretarias de Estado, ARS Norte e Governo Civil. -----

Em resposta aos comentários do Presidente da Câmara usou da palavra a Vereadora, Dra. Maria Aline da Silva Ferreira Caetano tendo tecido os seguintes comentários: -----

"Os Vereadores do Partido Socialista votaram contra as conclusões do relatório e também contra a falta de estratégia do senhor Presidente da Câmara, quanto a este grave problema, falta de estratégia que ficou devidamente espelhada na proposta que aqui nos apresentou." --

De seguida usou da palavra o Presidente da Câmara, Dr. João Batista tendo tecido os seguintes comentários: -----

"A estratégia do Presidente da Câmara sobre esta matéria, como sempre, foi clara e transparente: -----

Defender serviços de qualidade na Saúde para Chaves e para a Região envolver as instituições, nomeadamente, os Municípios do Alto Tâmega, contrariar um relatório técnico com erros devidamente assinalados e com uma proposta lesiva para os cidadãos e solicitar ao Executivo que se manifeste contra essa proposta. Lamentavelmente esta mesma proposta não obteve a unanimidade do Executivo. Os cidadãos saberão apreciar e distinguir as atitudes e as responsabilidades dos seus eleitos. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 92, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E nada mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram vinte horas e quarenta minutos, para constar se lavrou a presente acta, e eu, Helena Presa Fernandes, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

---

---